

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Notícias Gerais
Período de Análise: agosto de 2009.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

Critico do Bolsa família é um imbecil, diz Lula – Ivana Moreira - Estado de São Paulo – Nacional – 01/08/2009	3
Reajuste de 10% é oficializado – Lisandra Paraguassú - Estado de São Paulo – Nacional – 01/08/2009	4
Lula reajusta Bolsa Família e chama críticos de "imbecis" – Paulo Peixoto – Folha de São Paulo – Brasil – 01/08/2009.....	5
Programa dá mais votos do que economia – Folha de São Paulo – Brasil – 01/08/2009.....	6
Ampliação e reajuste vão custar R\$ 406 milhões – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 01/08/2009	6
Bolsa Eleição – O Globo – Opinião – Editorial – 01/08/2009.....	7
Lula chama os críticos do Bolsa Família de imbecis – O Globo – Capa – 01/08/2009.....	8
Lula: quem critica Bolsa Família é imbecil – Fabio Fabrini – O Globo – O País – 01/08/2009.....	8
Apesar da crise, 500 mil superam linha da pobreza no país – Valor Econômico – Agronegócios – 05/08/2009.....	10
Professor britânico defende transferência de renda sem condicionalidade - Sítio Eletrônico do MDS – 06/08/2009	11
Agricultura familiar e o mundo que vem por aí – Guilherme Cassel e Laudemir Muller – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 16/08/2009	12
Ministério cria monitoramento pela internet para evitar fraudes – Folha de São Paulo – Brasil – 22/08/2009	14
Bolsa Família chega a 573 mil novos domicílios em agosto – Sítio Eletrônico do MDS – 24/08/2009.....	14
Novo sistema de monitoramento reforça controle do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 24/08/2009	17

Critico do Bolsa família é um imbecil, diz Lula – Ivana Moreira - Estado de São Paulo – Nacional – 01/08/2009

"Ignorante é quem ainda acredita que o Bolsa-Família é esmola, é assistencialismo." A afirmação é do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que ontem esteve em Belo Horizonte e fez mais uma defesa do principal programa social de seu governo.

Segundo ele, enxergar o Bolsa-Família como assistencialismo é ver o País de "forma simplista". "Tem gente tão imbecil e ignorante que ainda fala que o Bolsa-Família é para deixar as pessoas preguiçosas, porque quem recebe não quer mais trabalhar", disse o presidente. "A ignorância é de tal magnitude que as pessoas pensam que um ser humano vai ganhar R\$ 85 e vai deixar de ter perspectiva que ganhar os R\$ 616 que a Mônica que vai ganhar por um trabalho decente."

Mônica Barroso, de 28 anos, foi uma das alunas que receberam ontem o diploma de pedreira, com emprego garantindo.

Ao todo, 457 alunos da capital mineira receberam certificados em cursos de formação como pedreiro, eletricista, torneiro mecânico e pintor, entre outros. Os cursos fazem parte do Plano Setorial de Qualificação e Inserção Profissional para o Bolsa-Família.

Segundo Lula, se todos os governos tivessem gasto um pouco de dinheiro para cuidar dos pobres, o Brasil teria menos pobreza e até ajudaria os ricos, porque, segundo ele, haveria mais consumidores girando a economia. "Não sei quem foi o ignorante que um dia resolveu achar que o Brasil poderia conviver com 10% extremamente ricos, uma classe média de 30% e o restante sem ter sequer o que comer", afirmou o presidente.

Para Lula, um economista ou um doutor formado em uma escola no exterior sabem que é uma lógica perversa até para os grandes capitalistas.

Lula garantiu que até o fim do governo poderá fazer pelos pobres até mais do que fez até agora, porque, neste momento, a administração tem mais conhecimento de como agir do que tinha no primeiro mandato.

Reajuste de 10% é oficializado – Lisandra Paraguassú - Estado de São Paulo – Nacional
– 01/08/2009

O governo determinou ontem, oficialmente, o reajuste do programa Bolsa-Família em 10%. No mesmo dia, também foi enviado ao Congresso um pedido suplementar ao Orçamento de R\$ 598 milhões para que o governo possa fechar as contas de 2009. Apesar da decisão de conceder o reajuste, o orçamento do programa ainda não comporta os 10% a mais que o governo vai passar a pagar a partir de setembro deste ano.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, responsável pelo programa, o reajuste custará mais R\$ 406 milhões ao Tesouro Nacional. No entanto, o governo acrescentou, no pedido de verba suplementar, mais recursos para cobrir a expansão do programa, que deverá incluir mais um milhão de famílias até o fim do ano.

O reajuste de 10% permitirá que o valor médio do benefício passe dos atuais R\$ 86 para R\$ 95 ao mês. O valor básico - para famílias extremamente pobres - sairá de R\$ 62 para R\$ 68. O variável - para crianças até 15 anos, em um máximo de três por família - de R\$ 20 para R\$ 22. O Bolsa-Família ainda incluiu, no ano passado, a possibilidade de dois adolescentes até 18 anos receberem um adicional, que passou de R\$ 30 para R\$ 33, e o valor máximo por família, somando-se o benefício básico e as variáveis a que possa ter direito, chega a R\$ 200.

Inicialmente, o governo pretendia apenas repor a inflação dos últimos 12 meses, desde o último reajuste, em agosto de 2008. No entanto, por 2010 ser ano eleitoral, optou-se por pagar também a previsão de inflação dos próximos 12 meses e evitar um novo reajuste que possa vir a ser contestado durante as eleições.

O governo deve ainda voltar a estudar um mecanismo permanente de reajuste do benefício, dentro da preocupação manifestada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele quer deixar legalizadas normas dos programas sociais para que não possam ser abandonadas depois que ele sair do governo.

TETO

No decreto publicado ontem também consta o reajuste do teto de renda das famílias que podem participar do programa. A partir de agora, as famílias consideradas pobres - que recebem apenas os benefícios variáveis - podem ter renda per capita de até R\$ 140 mensais. Já para serem classificadas como extremamente pobres, que têm também direito ao benefício básico, precisam ter renda per capita de até R\$ 70. Os valores prévios eram, respectivamente, R\$ 137 e R\$ 69.

Lula reajusta Bolsa Família e chama críticos de "imbecis" – Paulo Peixoto – Folha de São Paulo – Brasil – 01/08/2009

Presidente diz que não se ofende mais com ataques de "ignorantes" ao programa

Aumento é de 9,7% -4% acima da inflação- e vale a partir de 1º de setembro; o benefício médio passa a ser de R\$ 86 para R\$ 95

No mesmo dia em que o governo federal anunciou o reajuste de 9,68% no valor do benefício do Bolsa Família, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chamou de "imbecil" e "ignorante" os que criticam o principal programa assistencial de sua administração. "Ainda tem gente que critica o Bolsa Família, e eu acho normal. Eu atingi uma idade que não tenho mais o direito de me ofender com essas coisas. Dizem assim: "O Bolsa Família é uma esmola, é assistencialismo, é demagogia, e vai por aí fora", afirmou o presidente. "Tem gente tão imbecil, tão ignorante que fala: "O Bolsa Família é para deixar as pessoas preguiçosas, porque quem recebe o Bolsa Família não quer mais trabalhar", disse Lula. O aumento passa a valer a partir de 1º de setembro, segundo decreto presidencial publicado no "Diário Oficial" de ontem, e supera a inflação em 4%. O benefício médio, pago atualmente a 11,3 milhões de famílias, passará de R\$ 86 para R\$ 95, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social. Será o terceiro aumento em seis anos de programa: em agosto de 2007 houve uma recomposição de 18,25% e, em junho do ano passado, um reajuste médio de 8%. O benefício mínimo passará de R\$ 20 para R\$ 22, pago a famílias com renda entre R\$ 70 e R\$ 140 mensais por pessoa e com só um filho de até 15 anos. O benefício máximo alcançará R\$ 200, destinado a famílias consideradas extremamente pobres, com três filhos crianças e mais dois adolescentes.

Formatura

Lula participou ontem, em Belo Horizonte, da primeira formatura em curso de qualificação profissional de beneficiados pelo Bolsa Família -o programa foi criado em 2003. Segundo o presidente, aquela formatura era mais uma "lição ao mundo" que o país dá. Ele chamou de "milagre" o ato de ontem e disse que o governo vai colocar mais dinheiro nesse programa de qualificação. Foram formados 457 alunos, que se qualificaram profissionais da construção civil e já conseguiram emprego. Lula, sem citar números, disse que esse programa de qualificação era como um motor encerrado. "Demora para pegar, mas agora pegou", afirmou. Segundo ele, o governo agora "poderá fazer mais em menos tempo, porque tem conhecimento, experiência e o povo levantou a cabeça". Lula pediu a ajuda dos prefeitos, dizendo que são eles que podem ter mais dados sobre o local onde as pessoas pobres estão, para que elas se qualifiquem profissionalmente. O presidente disse que os formandos de ontem, a maioria mulheres, dever ser uma "bandeira" do governo para ser mostrada em outros lugares.

A formatura de ontem foi da primeira turma de alunos dos cursos de qualificação na área da construção civil e turismo, de um total de aproximadamente 24,8 mil em todo o país (11 regiões metropolitanas e mais sete capitais), atualmente em salas de aula. O Ministério de Desenvolvimento Social estima haver 4,1 milhões de potenciais aprendizes nas duas áreas de trabalho oferecidas -precisam fazer parte dos 11,3 milhões de famílias que recebem o Bolsa Família, ter mais de 18 anos e a 4ª série do ensino básico concluída.

Colaborou a Sucursal de Brasília

Programa dá mais votos do que economia – Folha de São Paulo – Brasil – 01/08/2009

O impacto do Bolsa Família na eleição presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2006 foi superior ao gerado pelo desempenho da economia, segundo estudo do economista Maurício Canêdo Pinheiro, da Fundação Getúlio Vargas. A pesquisa diz que o programa foi responsável por um aumento de cerca de três pontos percentuais na votação de Lula no segundo turno de 2006. O crescimento econômico foi responsável por um aumento de 0,34 ponto. O autor fez análises estatísticas comparando os resultados eleitorais nos municípios antes e depois do Bolsa Família e comparando o crescimento econômico dos quatro primeiros anos do governo Lula com os quatro últimos anos do tucano Fernando Henrique Cardoso. Outro ponto ressaltado pelo autor foi que, em 2002, Lula foi particularmente bem-sucedido em regiões mais urbanizadas e desenvolvidas do país. Já em 2006, ocorreu uma migração da base eleitoral para regiões menos desenvolvidas -as mais beneficiadas pelo programa. Com o efeito do Bolsa Família, a votação de Lula elevou-se em todas as cidades, mas principalmente naqueles em que seu desempenho foi relativamente pior em 2002. Segundo o economista, o efeito eleitoral do Bolsa Família nas regiões Norte e Nordeste foi superior ao dos demais Estados. **(FERNANDO BARROS DE MELLO)**

Ampliação e reajuste vão custar R\$ 406 milhões – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 01/08/2009

O reajuste do Bolsa Família neste ano custará aos cofres públicos R\$ 406 milhões. O valor é o equivalente a menos de um mês e meio de redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) sobre carros e caminhões, uma das medidas adotadas pelo governo federal para conter os efeitos da crise econômica. Para bancar o reajuste e o pagamento a mais 1,5 milhão de famílias até o final do ano, o

governo pedirá ao Congresso Nacional uma autorização de gasto extra de R\$ 561 milhões. O orçamento do programa passará de R\$ 11,4 bilhões para R\$ 12 bilhões, calcula o Ministério do Desenvolvimento Social, responsável pela proposta do terceiro reajuste do benefício em seis anos de programa. Não estão previstos problemas na votação. O gasto total previsto do Bolsa Família em 2009 equivale aos investimentos feitos pelo governo federal (excluindo as estatais) nos primeiros seis meses do ano, inclusive com o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). É equivalente ainda à terça parte do custo estimado do trem-bala entre São Paulo e o Rio de Janeiro. A equipe do ministro Patrus Ananias calcula que, combinados, o reajuste e a expansão do número de beneficiados reduzirão em 30% o número de famílias consideradas extremamente pobres, com renda de até R\$ 70 por pessoa. De acordo com o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o país ainda tinha, em 2007, mais de 3 milhões de pessoas miseráveis. O Ministério do Desenvolvimento Social não divulgou pesquisa sobre o número de famílias beneficiárias do Bolsa Família que continuam pobres e miseráveis. O Nordeste concentra quase metade (47%) das famílias atendidas pelo programa. Uma parcela de aproximadamente 10% mora na região Norte.

Bolsa Eleição – O GLoBo – Opinião – Editorial – 01/08/2009

Há uma cena em “Entreatos”, documentário de João Salles sobre a campanha vitoriosa de Lula às eleições de 2002, em que o candidato afirma não acreditar na existência de 50 milhões de famintos no Brasil — número propalado nos discursos petistas. Ele considerava muito, e tinha razão.

Àquela altura, Lula e equipe preparavam o lançamento do Fome Zero, programa que se revelou um fracasso. Não demorou muito para o governo recém-empossado descobrir que o melhor seria partir dos programas sociais herdados dos tucanos — Bolsa Escola, Gás, etc. Surgiu, então, o Bolsa Família, uma aglutinação das linhas assistenciais existentes. A marca lulista começou a ser dada na ampliação desmesurada do programa. Ficou para trás a descrença naquele número mítico.

A popularidade alcançada com a veloz ampliação do Bolsa Família seria traduzida em votos na eleição de 2006, e assim o programa virou instrumento-chave na administração lulista. Estudo recente da FGV concluiu que o programa gerou quase três milhões de votos para Lula, no segundo turno. No Norte e no Nordeste a ordenha nos currais do assistencialismo foi farta: 8,1 pontos percentuais a mais que no primeiro turno em Alagoas e 6,53 no Acre, para dar alguns exemplos.

A experiência será repetida, agora, a favor de Dilma. Ontem, a pouco mais de um ano das urnas de 2010, Lula, sem que haja previsão orçamentária, anunciou o aumento do benefício básico do Bolsa Família em 9,8%, e dos demais, em 10% — percentuais que são o dobro da inflação verificada de julho do ano passado, quando houve o último reajuste,

para cá. O sentido eleitoreiro da medida é gritante. O Bolsa Família iniciou o ano abrigando 11,1 milhões de famílias, mas, com a ampliação verificada em maio e as previstas para agosto e outubro, chegará nas eleições com 12,4 milhões de famílias atendidas. Se considerarmos os dependentes, o programa cobrirá aproximadamente 40 milhões de pessoas, quase tanto quanto o número mitificado pelo PT e do qual Lula desconfiava.

A conta espetada no contribuinte vai, claro, aumentar. Em 2008, ela foi de R\$ 11 bilhões. Com a incrementação eleitoreira, o programa se aproximará dos R\$ 12 bilhões/ano.

Pouco dinheiro, em relação ao orçamento total da União, alega o governo.

Engano, pois a comparação deve ser feita com outras despesas prioritárias. Os investimentos em educação, por exemplo, são colocados em segundo plano em relação ao Bolsa Família. Lula tinha mesmo razão sobre o tamanho da fome. De acordo com o IBGE, em 2005, a proporção de brasileiros abaixo do peso — medida de desnutrição — era de 4%, um ponto percentual a menos que os 5% considerados normais pela OMS. Era possível localizar este grupo de, no máximo, 8 milhões de pessoas para tratá-las, se fosse o caso. E com isso os bilhões economizados poderiam

melhorar a educação, a infraestrutura, etc.

Mas o lulismo preferiu ganhar votos da pior forma: pelo populismo.

Lula chama os críticos do Bolsa Família de imbecis – O Globo – Capa – 01/08/2009

E volta a defender Sarney, ameaça importar computadores e até proibir venda de jogador Num dia em que ameaçou importar computadores para equipar escolas públicas; em que, incomodado com o desmanche do Corinthians, pediu uma lei para proibir a venda de jogadores para times estrangeiros durante a realização do Campeonato Brasileiro; e em que voltou a defender o senador José Sarney — menos de 24 horas após dizer que a crise do aliado não era problema seu —, o presidente Lula chamou ontem os críticos do programa Bolsa Família de ignorantes e imbecis. Os ataques do presidente foram feitos em Belo Horizonte, depois de ocupar palanques também no Rio. O aumento de 9,67% nos benefícios do Bolsa Família foi publicado no Diário Oficial da União e será pago a partir de setembro, provocando despesa extra de R\$ 406 milhões só este ano. O governo terá de pedir aprovação de crédito suplementar ao Congresso porque o Orçamento não previa o reajuste.

Páginas 8, 35 e 41 e editorial “Bolsa Eleição”

Lula: quem critica Bolsa Família é imbecil – Fabio Fabrini – O Globo – O País – 01/08/2009

Aumento de 9,67% nos valores dos benefícios, a partir de setembro, gerará despesa extra de

R\$ 406 milhões este ano

Em visita à capital mineira no dia em que foi anunciado o percentual do reajuste dos benefícios do Bolsa Família, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não falou sobre o aumento, dado em ano pré-eleitoral.

Mas guardou parte de seu discurso para atacar quem critica o programa e o classifica de assistencialista: — Ainda tem gente que critica o Bolsa Família. Eu acho normal, atingi uma idade em que não tenho mais o direito de me ofender com essas coisas.

Alguns dizem que é uma esmola, assistencialismo, demagogia e vai por aí. Tem gente tão imbecil, tão ignorante que ainda fala que o Bolsa Família é para deixar as pessoas preguiçosas, porque quem recebe não quer mais trabalhar.

O presidente argumentou que, além de permitir que as pessoas em situação de pobreza se alimentem, o programa movimentava a economia, pois estimula o consumo. E disse que os críticos veem a pobreza com preconceito: — As pessoas que pensam que o Bolsa Família é isso são as mesmas que acham que o cara mora num barraco da favela porque quer, que o povo é pobre porque é vagabundo, não quer trabalhar e estudar.

Essa forma simplista de ver as coisas não permite sequer que esse ignorante se lembre que o país é dividido entre as pessoas que tiveram oportunidade e as que não tiveram oportunidade — afirmou.

Depois de inaugurações e promessas também no Rio, Lula participou, em Belo Horizonte, da formatura de 457 alunos do Plano Setorial de Qualificação e Inserção Profissional do Bolsa Família (Planseq), que dá cursos para beneficiados do programa trabalharem na construção civil. No início da tarde, o presidente faltou à entrega de apartamentos populares na Vila São José, obra do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Segundo assessores, o mau tempo impediu que a aeronave do presidente decolasse no Rio.

Patrus: “Nunca pedi reajuste sem que fosse atendido”

Lula estava acompanhado dos ministros Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência), Carlos Lupi (Trabalho), Luiz Carlos Barretto (Turismo) e Patrus Ananias (Desenvolvimento Social). Em discurso, os ministros também não citaram o polêmico reajuste, apenas de forma velada: — Nunca entrei no gabinete do presidente para pedir um ajuste nos benefícios sem que fosse atendido — afirmou Patrus.

O aumento de 9,67% nos benefícios do Bolsa Família, anunciado ontem pelo governo, gerará despesa de R\$ 406 milhões no orçamento deste ano.

Decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicado no Diário Oficial da União aumentou de R\$ 62 para R\$ 68 o benefício básico do programa, pago a famílias com renda de até R\$ 70 por pessoa. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, o valor médio por família subirá de R\$ 86 para R\$ 95. As mudanças começam a valer no início de setembro.

Valor máximo do benefício subiu de R\$ 182 para R\$ 200

Com as mudanças, o valor máximo do Bolsa Família passou de R\$ 182 para R\$ 200, um aumento de 9,89%. Segundo o ministério, o cálculo do reajuste somou 4% de

ganho real e 6% de inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), feito pelo IBGE.

Em comunicado, o ministro Patrus Ananias disse que o aumento protege o poder de compra dos mais pobres e mantém aquecido o mercado interno, ajudando a atenuar os efeitos da crise. O decreto também elevou a renda máxima das famílias que podem participar do programa.

O valor mensal, que para o governo caracteriza a situação de pobreza, passou de R\$ 137 para R\$ 140 por pessoa. Até abril, o teto para entrar no Bolsa Família era de R\$ 120 por pessoa. Já a faixa classificada como de extrema pobreza passou de R\$ 69 para R\$ 70 por pessoa. O ministério informou que essas mudanças não alteram a meta de ampliação do programa, que prevê a entrada de um milhão de famílias até outubro, chegando a 12,9 milhões no início de 2010.

Além de aumentar o benefício básico, o governo elevou os valores variáveis, que são pagos de acordo com o número de crianças e adolescentes de cada família. O benefício por criança aumentou de R\$ 20 para R\$ 22, e o por adolescente, de R\$ 30 para R\$ 33. Esses benefícios são limitados a três crianças e a dois adolescentes por família, com a comprovação de frequência escolar de 85% para alunos de 6 a 15 anos e de 75% para adolescentes de 16 e 17 anos, além de vacinação infantil e acompanhamento pré-natal.

Ainda tem gente que critica o Bolsa Família. (...) Alguns dizem que é uma esmola, assistencialismo, demagogia e vai por aí. Tem gente tão imbecil, tão ignorante que ainda fala que o Bolsa Família é para deixar as pessoas preguiçosas, porque quem recebe não quer mais trabalhar Presidente Lula

Apesar da crise, 500 mil superam linha da pobreza no país – Valor Econômico – Agronegócios – 05/08/2009

Apesar dos efeitos nocivos da crise mundial iniciada há um ano, 503 mil pessoas deixaram a condição de pobreza nas seis principais regiões metropolitanas do país, indica estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O levantamento do Ipea comparou o número de pobres existentes, no Brasil, antes e durante a crise financeira internacional.

"De 2002 para cá, temos 4 milhões de pessoas a menos vivendo em condições de pobreza no conjunto das seis regiões. Na comparação do período atual com o período anterior à crise, verificamos que 503 mil pessoas saíram da pobreza", disse o presidente do Ipea, Marcio Pochmann, ontem, no lançamento do estudo "Desigualdade e Pobreza no Brasil Metropolitano Durante a Crise Internacional: Primeiros Resultados".

O estudo abrange as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, do Rio de Janeiro, de São Paulo e Porto Alegre e considerou os dados levantados pelas

Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo Pochmann, parte da redução se deve às políticas nacionais que visaram proteger a base da pirâmide social. "Entre elas, houve a elevação do salário mínimo e a ampliação do programa Bolsa Família, que impediram que a pobreza aumentasse no Brasil, como havíamos observado em outros momentos de crise", disse Pochmann.

O estudo comparou o número de pobres entre outubro de 2007 e junho de 2008 com o do período entre outubro de 2008 e junho de 2009. Das 503 mil pessoas que saíram da condição de pobreza - cuja renda per capita da família é de meio salário mínimo -, quase 63% localizavam-se na região metropolitana de São Paulo.

O Ipea também calculou a evolução da desigualdade da renda do trabalho nas seis regiões metropolitanas e concluiu que ela também manteve a trajetória de redução. Uma comparação da média da desigualdade no período de outubro de 2007 a junho de 2008 com o observado de outubro de 2008 a junho de 2009, mostrou que o índice de Gini da distribuição da renda do trabalho nas seis regiões apresentou queda de 0,4%, passando de 0,5044 para 0,5026. O índice de Gini sempre varia de zero a 1, indicando maior desigualdade à medida que o valor se aproxima de 1. O índice pode medir diferentes concentrações, seja de renda do trabalho, de todas as rendas ou mesmo de terra.

Em junho de 2009, o índice de Gini ficou em 0,493, o menor patamar nas seis regiões metropolitanas. Entre janeiro (0,514) e junho de 2009, o índice de Gini caiu 4,1%, a maior queda registrada desde 2002. Se o período analisado for de março de 2002 (0,534) até junho de 2009, a queda foi de 7,6%.

No trabalho, o Ipea observa que a queda do índice de Gini pode estar "relacionada tanto à perda de valor real das maiores rendas do trabalho como à proteção do conjunto dos rendimentos da base da pirâmide", em decorrência, entre outros fatores, do aumento real do salário-mínimo e da própria retração na inflação dos alimentos.

Professor britânico defende transferência de renda sem condicionalidade - Sítio Eletrônico do MDS – 06/08/2009

Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade social frente à crise. Este é o tema do painel que abriu, nesta quinta-feira (6/8), o segundo dia do Simpósio Internacional sobre Desenvolvimento Social, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em Brasília. A primeira palestra foi com o economista britânico Guy Standing, professor de economia da Universidade de Bath do Reino Unido, que destacou que a crise econômica mundial é o fim do fundamentalismo de mercado e da era da

globalização. "Essa crise é diferente da crise de 1929 porque temos uma insegurança de crescimento".

Para enfrentar o atual momento, na análise de Standing é preciso ter medida de segurança para compensar as causas após os fatos e evitar a fragmentação de classes. "Essa fragmentação de classes no mundo resulta na precária situação de emprego, renda, educação". Ele observou ainda que, com a crise, tem ocorrido o crescimento do Estado com os subsídios para as classes, como o caso do Brasil, Reino Unido e Índia. "São usados 6% do Produto Interno Bruto (PIB) para essas ações de subsídios sociais. Mas esse dinheiro não poderia ser usado de outra forma?", questiona Guy.

A transferência de renda, que segundo o britânico tem sido utilizada para combater desigualdade social, pode ser de dois tipos: seletiva ou a que acerta o alvo. "Mas verificamos que essas políticas muitas vezes não atingem as pessoas certas e estudos indicam que o alvo só é acertado em 50% dos casos", citando que o programa Bolsa Família - coordenado pelo MDS - é incrível e vai ser até exportado para Nova Iorque (EUA), mas que Standing fez questão de ressaltar que não concorda com a condicionalidade da ação.

Guy Standing relatou que tem trabalhado num programa-piloto de transferência de renda universal sem condicionalidade na África. "Os resultados que colhemos até agora é diminuição da desnutrição, maior frequência das crianças nas escolas, mais participação das mulheres no mercado de trabalho e maior participação popular em ações que interessam diretamente a classe assistida".

O Simpósio, que prossegue até amanhã (7), no Brasília Alvorada Hotel, da capital federal, reúne participantes de 36 países, 14 organismos internacionais, 24 embaixadas e 13 palestrantes.

Agricultura familiar e o mundo que vem por aí – Guilherme Cassel e Laudemir Muller –
Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 16/08/2009

UM DOS desdobramentos mais encorajadores da crise alimentar e financeira é ter impulsionado a comunidade internacional para uma mudança de paradigma sobre o desenvolvimento agrário e a segurança alimentar. O neoliberalismo, que impôs o sucateamento do Estado e dos projetos de desenvolvimento nacional, fracassou. Em apenas um ano, sob a pressão da inflação alimentar e da perda de emprego e renda, mais de 200 milhões de pessoas desprotegidas ingressaram no exército da pobreza mundial, de acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

Ao mesmo tempo, o aumento dos preços não beneficiou os agricultores familiares, que produzem a grande maioria dos alimentos consumidos e exportados no mundo todo. A novidade é que a crise está gerando uma inflexão e lapidando uma nova agenda internacional. Os países desenvolvidos estão ameaçados pela combinação de desemprego, migrações e fundamentalismos. Por isso, parece que estão compreendendo que é preciso recolocar o Estado no centro da vida econômica e social e, mais do que isso, que sua própria segurança está relacionada ao direito dos países em desenvolvimento de terem estratégias nacionais de desenvolvimento. Estratégias de desenvolvimento sustentável que erradiquem pela raiz o flagelo da fome e da pobreza e gerem emprego e renda no meio rural. Até a antiga retórica da ajuda alimentar -na maioria das vezes, uma forma de escoamento dos excedentes de produção do complexo agroalimentar- foi substituída pela ajuda internacional na estruturação da produção local da agricultura familiar como forma de prover alimentos. As declarações do G8 e do G5 materializam essa mudança histórica: direitos a estratégias nacionais agrícolas e de segurança alimentar; políticas públicas para a agricultura familiar; suporte às mulheres agricultoras; e disciplina internacional dos investimentos estrangeiros para compra de terras. Esses são os elementos que dão a tônica dessa inflexão. Essas novas diretrizes refletem, em grande parte, o que é o programa do nosso governo: políticas públicas para a agricultura familiar e um conjunto de ações específicas para o aumento da produção de alimentos e a estabilização dos preços. Fazemos isso desde 2003. Em 2008, tivemos uma reação rápida à "crise dos preços dos alimentos" com a implementação do programa Mais Alimentos, que, no primeiro ano, propiciou aumento de 7,8 milhões de toneladas na produção de leite, mandioca, milho, feijão, café, arroz e trigo. Hoje, a modernização da agricultura familiar em curso é responsável por 75% do total da produção nacional de tratores da linha Mais Alimentos (até 78 cv). Em meio à crise econômica mundial, a agricultura familiar produziu mais alimentos e, com isso, contribuiu para o controle da inflação e a garantia de empregos e renda no campo e nas cidades. Além disso, criamos o Fundo da Agricultura Familiar do Mercosul, que apoiará os países da região na implementação de políticas nacionais e regionais de fortalecimento da agricultura familiar e de aumento da produção de alimentos. Tudo com a participação direta da sociedade civil e das organizações sociais e sindicais. Há um reconhecimento internacional não só de que estamos no rumo certo. Hoje, o Brasil é referência em desenvolvimento rural nas discussões a respeito do novo mundo que vem aí. Essa nova agenda está alicerçada em três elementos centrais: novo olhar sobre o papel do Estado como articulador do desenvolvimento por meio de políticas públicas nacionais; maior equilíbrio de poder entre os países desenvolvidos e os países emergentes; e espaço central da agricultura de base familiar como produtora de alimentos e de estabilidade econômica e social. Essa é a agenda nova, a agenda de futuro. Essa é a agenda que começamos a construir em 2003 e que agora mostra os seus resultados: mais produção de alimentos, mais empregos,

mais estabilidade econômica e maior capacidade do Brasil de participar de forma decisiva na nova governança global.

GUILHERME CASSEL, 52, engenheiro civil, é o ministro do Desenvolvimento Agrário.
LAUDEMIR MULLER, 34, é economista e mestre em desenvolvimento rural.

Ministério cria monitoramento pela internet para evitar fraudes – Folha de São Paulo – Brasil – 22/08/2009

Como resposta à recente auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) que apontou irregularidades na lista de beneficiários do Bolsa Família, o Ministério do Desenvolvimento Social criou um sistema de monitoramento on-line das famílias cadastradas no programa. Entre os problemas apontados pelo tribunal estão a existência de proprietários de veículos, políticos, pessoas mortas e fora do limite de per capita de renda (à época R\$ 137, hoje em R\$ 140) entre os beneficiários. Como resposta, o ministério criou um sistema no qual as prefeituras terão acesso às informações sobre 1,4 milhão de famílias do Cadastro Único incluídas na lista do TCU, sendo 834 mil beneficiárias do Bolsa Família. No novo sistema, já foi analisada a situação de 6.000 famílias. Os municípios, responsáveis pelo cadastro, têm até o final de outubro para checar in loco as irregularidades. Caso contrário, as famílias terão seus benefícios bloqueados. Se a situação cadastral persistir sem apuração, o cartão será cancelado a partir de fevereiro.

Bolsa Família chega a 573 mil novos domicílios em agosto – Sítio Eletrônico do MDS – 24/08/2009

Com as novas inclusões, a folha de pagamento de agosto está transferindo mais de R\$ 1 bilhão a 12 milhões de famílias, com renda per capita de até R\$ 140,00.

Um grupo de 573.884 domicílios foi incluído no Bolsa Família neste mês. Trata-se da segunda etapa da expansão do programa de transferência de renda que começou a ser executada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em maio de 2009. Com as novas inclusões, a folha de pagamento de agosto está transferindo mais de R\$ 1 bilhão a 12 milhões de famílias, com renda per capita de até R\$ 140,00. O saque do

benefício pode ser feito entre 18 e 31 de agosto nos postos de atendimento da Caixa Econômica Federal.

O objetivo da ampliação do programa é garantir acesso da população pobre à renda e aos serviços de educação e saúde. As novas concessões vão priorizar as regiões metropolitanas para combater a pobreza nos grandes centros urbanos, mas o crescimento ocorrerá em todas as regiões. As transferências representam um incremento médio superior a 30% na renda das famílias atendidas e contribuíram com a redução de 20% da desigualdade entre 2004 e 2006, segundo estudos do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea).

Indígenas e quilombolas - Nesta etapa foram incluídas 238 famílias de comunidades remanescentes de quilombos e 582 indígenas. A região Nordeste foi a que teve o maior número de famílias inseridas: 210.201 domicílios nordestinos têm direito ao benefício pela primeira vez. Em seguida vem a região Sudeste com 154.608 (veja abaixo dados por Estado e região). A estratégia desenvolvida pelo MDS prevê a expansão do programa em três etapas. Em maio, foram 300 mil famílias, mais 500 mil em agosto e outras 500 mil em outubro. Ao todo serão incluídas 1,3 milhão de famílias em 2009. A estimativa do MDS é chegar a 12,9 milhões de domicílios em 2010.

A atuação do município é imprescindível para garantir a inclusão da população mais vulnerável. É preciso identificar e cadastrar moradores que vivem em bolsões de pobreza e áreas de difícil acesso. A atualização permanente dos dados cadastrais também é um instrumento capaz de permitir que o benefício chegue à população que dele precisa. Desde o início do ano, 3,4 milhões de famílias estão sendo chamadas a fazerem atualização dos dados cadastrais e socioeconômicos.

Para chegar à nova estimativa de cobertura do Bolsa Família, o MDS corrigiu o critério de renda para ingresso no programa de R\$ 120,00 para R\$ 140,00. Duas novidades foram adotadas no desenho do Bolsa Família para cálculos das novas estimativas: a metodologia denominada Mapas de Pobreza, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que reflete de maneira mais fiel alterações socioeconômicas ocorridas nos municípios e o cenário de pobreza em cada cidade. Além dos Mapas de Pobreza, o Governo Federal incorporou um percentual de instabilidade de renda da população pobre – calculado pelo Ipea com base na pesquisa mensal de emprego – na elaboração da estimativa. Essas mudanças refletem o avanço do Bolsa Família que vai aprimorar ainda mais a sua focalização e dar mais segurança para que o beneficiário busque a sua autonomia.

Dados do Bolsa Família - Agosto/2009

Dados do Bolsa Família - Agosto/2009			
UF	Expansão	Famílias	Valor

	(2ª Fase)	atendidas	(em R\$)
Total Geral	573.884	12.073.431	1.035.693.894
AC	51	58.073	5.669.742
AL	16.102	388.496	34.671.800
AM	16.383	253.967	24.966.050
AP	1.532	43.438	4.350.059
BA	59.006	1.539.133	137.316.782
CE	22.393	927.719	82.382.394
DF	4	78.643	6.094.593
ES	9.161	188.517	14.885.560
GO	15.147	296.638	22.978.865
MA	26.123	816.310	77.805.681
MG	52.559	1.093.654	86.140.937
MS	10.555	123.386	9.811.480
MT	19.235	160.279	12.612.593
PA	44.793	620.183	60.483.368
PB	9.698	444.294	39.381.243
PE	40.739	985.566	87.241.447
PI	16.633	392.561	35.437.229
PR	36.911	478.716	34.874.56
RJ		641.680	52.911.544

	35.150		
RN	8.128	316.824	27.185.278
RO	3.384	112.701	9.964.578
RR	3.402	41.266	4.071.929
RS	35.593	450.129	35.999.548
SC	14.226	144.224	10.892.903
SE	11.379	208.893	19.005.173
SP	57.738	1.151.937	88.642.518
TO	7.859	116.204	9.916.039

Novo sistema de monitoramento reforça controle do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 24/08/2009

A ferramenta on line, apresentada pelo ministro Patrus Ananias, é resultado da evolução da série de iniciativas de fiscalização do programa e possibilita uma confirmação mais precisa dos processos de auditoria.

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Patrus Ananias, apresentou nesta quinta-feira (20/8), em Brasília (DF), o Sistema de Monitoramento de Auditorias do Cadastro Único, que visa reforçar o controle do Bolsa Família e aperfeiçoar sua base de dados. Essa ferramenta online, resultado da evolução da série de iniciativas de fiscalização do programa, possibilita uma confirmação mais precisa dos processos de auditoria, pois confronta as informações extraídas de registros administrativos e base de dados diretamente com a realidade das famílias.

Por meio do Sistema, os gestores municipais informam dados adicionais dos beneficiários, específicos sobre cada uma das divergências de informação reveladas nas comparações realizadas. Ele permite ainda a identificação, de forma mais precisa, de inconsistências. Em 20 dias de funcionamento, 357 Municípios já acessaram a nova ferramenta e prestaram esclarecimentos para cerca de 6 mil registros apontados com algum problema de

inconsistência, segundo as regras do Cadastro Único. Todos os indícios de incorreções apontados e disponíveis no Sistema deverão ser tratados pelos gestores municipais até 31 de outubro.

O ministro Patrus Ananais ressaltou que “a palavra de ordem no Ministério e no governo do presidente Lula é essa: tolerância zero com as fraudes. Com qualquer tipo de fraude no Bolsa Família. Sabemos que isso exige um acompanhamento permanente. Nós unificamos os cadastros, consolidamos um Cadastro Único que hoje é uma referência nacional, e também temos o mapeamento da pobreza no Brasil. Estamos aperfeiçoando esses mecanismos e envolvendo as Prefeituras no processo, pois também são responsáveis pela gestão do programa, junto conosco”.

O Sistema está em utilização e averigua famílias apontadas com incorreções de informações cadastrais pelo Tribunal de Contas da União (TCU). No momento, estão sendo analisados os dados de 1,4 milhão de famílias cadastradas. Dessas, 835 mil são beneficiárias do Bolsa Família e terão os recursos do programa bloqueados em novembro, caso a situação não seja apurada. O cancelamento poderá ocorrer em fevereiro de 2010, se a atualização não for realizada.

“Essa sistema vai facilitar a vida dos Municípios, que têm a responsabilidade e atribuição legal de cadastrar e identificar as famílias. Será um instrumento fácil para eles trabalharem e registrarem as informações. Diminui a burocracia, representa rapidez na resposta, garantia e confiabilidade nas informações e baixo custo operacional”, argumentou a secretária nacional de Renda de Cidadania do Ministério, Lúcia Modesto. Para analisar a auditoria do TCU, o sistema separou as demandas por grupos identificados: pessoas falecidas que ainda continuam como responsáveis pelo recebimento do benefício; indícios de proprietários de veículos que estariam acima do critério exigido pelo programa (renda mensal per capita de até R\$ 140,00); políticos eleitos e suplentes, e ainda famílias que apresentaram suspeitas de subdeclaração de renda.

“Queremos cada vez mais aperfeiçoar o Bolsa Família, aprimorar os mecanismos de fiscalização, de controle e avaliação do programa. A auditoria do TCU, com base também em outros cadastros que não são totalmente perfeitos, contribui para abrimos esse confronto de dados, sabendo que as informações do Tribunal também têm seus limites”, afirmou o ministro Patrus Ananias.

Focalização - O cruzamento de grandes bases de dados é um dos mecanismos adotados pelo MDS para melhorar a focalização do Bolsa Família. Desde 2005, o Ministério compara, anualmente, a renda declarada no cadastro com a informada na Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para verificar inconsistências entre as duas bases. Como o vínculo empregatício da população pobre é muito variável, os resultados encontrados são checados pelos gestores municipais para evitar cancelamento indevido de benefícios.

A comparação com o Sistema de Óbitos (Sisobi) - para identificar benefícios em domicílios de uma só pessoa, após falecimento - começou em dezembro de 2006. Entre 2009 e 2010, o Ministério vai cruzar bases de dados do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de beneficiários da Previdência Social e dados sobre a renda dos contribuintes com as informações do Cadastro Único e da folha de pagamento do Bolsa Família, para reforçar o controle do programa. Essa medida está prevista no acordo de cooperação técnica assinado pelos ministérios do Desenvolvimento Social e da Previdência Social.

Integrante da Rede Pública de Fiscalização do Bolsa Família, juntamente com a Controladoria Geral da União (CGU) e os Ministérios Públicos Federal e Estadual, o TCU fez uma auditoria sobre a base do cadastro de março de 2008. O MDS elaborou um plano de providências sobre todas as suspeitas identificadas, que foi entregue na última segunda-feira (17/8) ao presidente do Tribunal, Ubiratan Aguiar. Vários dos casos já foram analisados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e, mesmo antes do resultado da auditoria, já haviam sido apuradas ou estavam em averiguação 60% das ocorrências. Por exemplo, os Municípios estão atualizando o cadastro de 3,4 milhões de famílias que estavam sem alterações cadastrais há dois anos. Além disso, mais 600 mil famílias estão passando por atualização de dados de renda após cruzamento com a Rais de 2007.

Análise constata que beneficiária não é dona de sete caminhões

A verificação criteriosa das informações é necessária para evitar cancelamentos de benefícios de famílias que atendem ao critério do Bolsa Família. Antes de elaborar o plano encaminhado ao TCU, O Ministério verificou, em parceria com os Municípios, alguns casos considerados mais graves de beneficiários que, segundo o tribunal, eram proprietários de veículos de valores incompatíveis com o nível de rendimento declarado no Cadastro Único.

Dos cinco casos sobre os quais o MDS recebeu retorno dos Municípios, quatro não se confirmaram. Um exemplo é a família que reside em um Município baiano, apontada pelo TCU como proprietária de sete caminhões. Após fazer levantamento no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), no Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavan) da Bahia e visitar a família, o gestor enviou fotos da residência e informações sobre a renda da beneficiária: “Nada consta no SPC, nem no Renavan. As fotos mostram a situação da família que vive apenas do trabalho rural com uma renda de mais ou menos R\$ 100,00” (veja fotos abaixo).

A verificação feita por amostragem pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) também revela que uma beneficiária do interior de Alagoas informou desconhecer as 13 motocicletas registradas em seu nome. Não foram encontrados veículos em sua residência. Diz o relato do gestor sobre o caso: “Nenhuma moto foi encontrada na residência da família, nem sinais de locadora de veículos, oficina mecânica ou atividade do

gênero. As condições de moradia, mobiliário, situação no mercado de trabalho comprovam que a família vive em situação de extrema pobreza, portanto, atende ao critério do programa. O mesmo foi observado no interior de Sergipe.

Já no interior de Pernambuco, onde vive família com indicativo de propriedade de dois caminhões e cinco automóveis, constatou-se: “Quando abordada sobre a possibilidade de já haver possuído veículos, a beneficiária alegou ter conhecimento de que o patrão do seu esposo solicitou comprar alguns carros em nome do marido”.

Justiça social e justiça histórica – Boaventura de Sousa Santos – Folha de São Paulo – Opinião - 26/08/2009

AO REGRESSAR de férias, o STF enfrenta uma questão crucial para a construção da identidade do Brasil pós-constituente: é possível adotar um sistema de ações afirmativas para ingresso nas universidades públicas que destine parte das vagas a negros e indígenas? Ao rejeitar o pedido de liminar em ação movida pelo DEM visando suspender a matrícula dos alunos, o ministro Gilmar Mendes sugeriu que a resposta fosse dada em razão do impacto das ações afirmativas sobre um dos elementos centrais do constitucionalismo moderno: a fraternidade. Perguntou se se estaria abrindo mão da ideia de um país miscigenado e adotando o conceito de nação bicolor, que opõe "negros" a "não negros", e se não haveria forma mais adequada de realizar "justiça social" -por exemplo, cotas pelo critério da renda. Situar o juízo de constitucionalidade no horizonte da fraternidade é uma importante inovação no discurso do Supremo. Mas, assim como o debate sobre a adoção de ações afirmativas baseadas na cor da pele não pode ser dissociado do modo como a sociedade brasileira se organizou racialmente, o debate sobre a concretização da Constituição não pode desprezar as circunstâncias históricas nas quais ela se insere. Como já escrevi nesta seção, o ideário da fraternidade nas revoluções europeias caminhou de par com a negação da fraternidade fora da Europa ("As dores do pós-colonialismo", 21/8/06). No "novo mundo", a prosperidade foi construída à base da usurpação violenta de territórios originários dos povos indígenas e da sobre-exploração dos escravos para aqui trazidos.

Por essa razão, no Brasil, a injustiça social tem forte componente de injustiça histórica e, em última instância, de racismo anti-índio e antinegro ("Bifurcação na Justiça", 10/6/08). Em contraste com outros países (EUA), o Brasil apresenta um grau bem maior de miscigenação.

A questão é saber se esse maior grau de miscigenação foi suficiente para evitar a persistência de desigualdades estruturais associadas à cor da pele e à identidade étnica, ou seja, se o fim do colonialismo político acarretou o fim do colonialismo social.

Os indicadores sociais dizem que essas desigualdades persistem. Por exemplo, um estudo recente divulgado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República mostra que o risco de ser assassinado no Brasil é 2,6 vezes maior entre adolescentes negros do que entre brancos. Falar em fraternidade no Brasil significa enfrentar o peso desse legado, grande desafio para um país em que muitos tomam a ideia de democracia racial como dado, não como projeto. Mas, se o desafio for enfrentado pelas instituições sem que se busque diluir o problema em categorias fluidas como a de "pobres", o país caminhará não só para a consolidação de uma nova ordem constitucional, no plano jurídico, como também para a construção de uma ordem verdadeiramente pós-colonial, no plano sociopolítico. Ao estabelecer um sistema de ações afirmativas para negros e indígenas, a UnB oferece três grandes contributos para essa transição. Em primeiro lugar, o sistema de educação superior recusa-se a reproduzir as desigualdades que lhe são externas e mobiliza-se para construir alternativas de inclusão de segmentos historicamente alijados das universidades em razão da cor da pele ou identidade étnica. Segundo, a adoção dessas alternativas não acarreta prejuízo para a qualidade acadêmica. Ao contrário, traz mais diversidade, criatividade e dinamismo ao campus ao incluir novos produtores e modos de conhecer. Terceiro, apesar de levantarem reações pontuais, como a do DEM, ações afirmativas baseadas na cor da pele ou identidade étnica obtêm um elevado grau de legitimidade na comunidade acadêmica. Basta ver como diversos grupos de pesquisa e do movimento estudantil se articularam em defesa do sistema da UnB quando ele foi posto em causa. Para o estudo das reformas universitárias, é fundamental que o programa da UnB possa completar o ciclo de dez anos previsto no plano de metas da instituição. A resposta a ser adotada pelo STF é incerta. O tribunal poderá desprezar a experiência da UnB sob o receio de que ela dissolva o mito de um país fraterno, porque mais miscigenado do que outros. Mas o tribunal também poderá entender que o programa da UnB, ao reconhecer a existência de grupos historicamente desfavorecidos, é, ao contrário, uma tentativa válida de institucionalizar uma fraternidade efetiva. Somente a segunda resposta permite combinar justiça social com justiça histórica.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, 68, sociólogo português, é professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Portugal). É autor, entre outros livros, de "Para uma Revolução Democrática da Justiça" (Cortez, 2007).

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



IICA

nead

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

BRASIL
GOVERNO FEDERAL